



Aos quatorze dias do mês de dezembro de 2006, na sala de reuniões da ACIAP, Paranaguá - PR, às 09h00, sob a presidência do Sr. Hélio José da Silva reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Paranaguá - CAP, com a presença dos Conselheiros: José Baka Filho, Antonio Ricardo dos Santos, Ruy Alberto Zibetti, Admilson Lanes Morgado Lima, Michael Martins da Silva, Sandro Flores Monteiro, Osmar Petersen, Arivaldo Barbosa José, Carlos Antônio Tortato, Geremias Tomaz de Souza, Maria do Socorro de Oliveira, Luiz Antonio Fayet, Aírton Galinari, Alceu Claro Chaves, Sidney Pinto, José Roberto Almeida Correa, Evandro Pause, João Gilberto Cominese Freire, Hário Mirzo Tieppo Junior; Convidados: CPPR - Cmdte Arthur Luiz de Amorim Moura, SINDAPAR - Laís Sávio, Polícia Federal - Fabiano Bordignon, Receita Federal - Arthur Cezar Rocha Cazella, OGMO - Ismael Pires Neto, APPA -Ogarito Borgias Linhares, APPA - Ivan Plantes Machado, APPA - Priscila Mello, APPA -Xênia Karina Arnt, APPA - Angélica Lobo Leomil, APPA - Renato Nickel Veiga, Ponta do Félix - Juarez Moraes e Silva, Prefeitura de Paranaguá - Leonardo Luiz Vicente, CONPORTOS - João Carlos Cardoso de Campos, CONPORTOS - Ezio Ricardo Borghetti, CONPORTOS - Itacir Cardoso Coelho, DPF Estado do Paraná - Jaber Makul Hanna Saadi, Altair Menosso da Costa, Ministério da Justiça - Renata Menezes. Justificativa da Ausência: José Ricardo de Freitas Barbosa, Zulfiro Antônio Bósio, Carlos Alberto Calvo, Carlos Roberto Frisoli, Sérgio Botto de Lacerda. I - ORDEM DO DIA: - 1 - ABERTURA DOS TRABALHOS - Palavra do Presidente: O Presidente dá início a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Informa que a ANTAQ está desenvolvendo o projeto CAP, com o propósito de fortalecer os Conselhos a partir da valorização dos presidentes, constituindo assim uma comissão de acompanhamento das atividades dos presidentes dos CAP's, com o intuito de que seus representantes passem a ter maior capacitação, acreditando que pessoas mais capacitadas desenvolveram melhor as suas atividades. Uma das medidas, além de proporcionar um manual, foi promover remanejamentos e designações de novos presidentes, o que representou em relação ao total, aproximadamente, 70%. Dos trinta CAP's do Brasil, apenas seis mantiveram seus atuais presidentes. Em seguida informou que estava recebendo cópia do Diário Oficial, edição de 14 de dezembro de 2006, onde consta a publicação da Portaria 493, do Ministério dos Transportes, o reconduzindo para permanecer na Presidência do CAP de Paranaguá. Após esta informação, com base no Regimento Interno do Colegiado, o Conselho decide, por unanimidade, acrescentar à pauta o item de recondução do Presidente Hélio. Assim o Sr. Hélio José da Silva tomou posse como Representante Titular do Governo Federal, para um período de dois anos, a contar desta data. O Presidente informou ainda que o Senhor Marcos Maia Porto, que estará assumindo a Presidência do CAP do Porto do Rio de Janeiro, também foi indicado para Representar o Governo Federal neste Conselho, na condição de suplente, cuja posse deverá ocorrer na próxima reunião do Colegiado. Após agradecer o apoio dos Conselheiros, reafirmou seus propósitos de continuar trabalhando pelo desenvolvimento do Porto de Paranaguá e pela valorização do CAP. Acrescentou que o Sr. Marcos Maia Porto é Gerente de Meio Ambiente da ANTAQ, Técnico de elevado nível profissional, com significativa experiência na área portuária, o que refletirá em ganhos para este Conselho. - 2 -DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS - O Presidente Hélio informou sobre a distribuição prévia da Áta da 155ª Reunião Ordinária, que após apreciação do

Jø .

55° Reunião Ordinária - CAP/PGUA - Página 1 de 18

Página 1 de 18

A P



Colegiado, foi aprovada por unanimidade. - 3 - ASSUNTOS PENDENTES DE SOLUÇÃO, REFERENTES A 154ª REUNIÃO ORDINÁRIA; Secretário Vítor - Disse que as pendências levantadas em relação à reunião anterior, foram: a) Expurgo de Produtividade dos Navios - onde encaminharam Ofício à APPA, junto com as respectivas Deliberações; b) Utilização de Bow Thruster e Extern Thruster - foi reencaminhada Solicitação sobre viabilidade de utilização e encaminhamento de estudos; c) PDZPO e Programa de Arrendamento - foi encaminhada à APPA, uma solicitação de justificativa para as alterações no PDZPO, propostas no Programa de Arrendamento, e d) CE 174/06 - Paranaguá Pilots - Ampliação da Área de Fundeio de Navios - foi encaminhado para Comissão de Operações Portuárias. Sendo que em relação a essas pendências ainda não houve respostas dos encaminhamentos à APPA. Conselheiro Ruy - Disse que as informações solicitadas à APPA, estão para serem respondidas. Presidente Hélio - Registra o recebimento do Ofício 397/06 -APPA, que encaminha Proposta Orçamentária para os Portos de Paranaguá e Antonina, para o exercício de 2007, documento que já foi encaminhado para a Assembléia Legislativa, e está com muito atraso, porque solicitaram que fosse encaminhada até o mês de julho de cada ano. A documentação foi entregue ao Conselheiro Relator da Comissão Orçamentária e Tarifária para as análises devidas. Conselheiro Fayet - Disse que a Assembléia Legislativa tem perfeita autonomia com relação a esse assunto, entretanto, se houver deliberação de mudança terá que ser acatado no Orçamento do Estado, pois o Orçamento do Porto é o orçamento de um ente subordinado à União, e as verbas do porto por finalidade são consideradas verbas federais. E esta é uma situação sobre a qual não existe nenhuma dúvida, porque é o entendimento da Advocacia Geral da União, e do Tribunal de Contas da União. - 4 -**POSICIONAMENTOS** SOBRE O ANDAMENTO DOS **TRABALHOS** COMISSÕES INTERNAS DO CAP: 4.1 - Comissão de Operações Portuárias e de Pré - Qualificação de Operadores Portuários: Ata 01/2006 - Comissão - Análise da escalação de trabalhadores portuários avulsos - TPA's, para operação de carregamento de navios com açúcar em sacos - Relator "Ad-hoc" Conselheiro José Baka Filho - Informou que da reunião realizada no dia 25 de novembro de 2006 (Sábado) na sala do CAP na sede administrativa da APPA, ressaltando a reforma realizada no prédio e as boas condições que a sala possui para agregar o Conselho. Registrou a participação dos sindicatos - operadores e trabalhadores - e da empresa Marcon, assim como a ausência do OGMO, que foi notada pelas partes. Lê a Ata 01/06 da Comissão, devidamente arquivada na Secretaria do CAP, sendo que as considerações finais e sugestões constantes na Ata da Comissão são: "1. Liberar em caráter provisório os trabalhadores que estão em curso para suprir as necessidades. Aumentar a velocidade e o número de trabalhadores em curso para habilitação em diversas fainas; 2. Que haja uma "segunda habilitação" para o trabalhador, em caso de excepcional idade; 3. "Guardar a vez" ou "Haver" - que é a garantia de chamada em faina de maior remuneração após ter respondido à faina com sacaria ; 4. Utilização de (equipamento de Dala no porão do navio, para diminuir distância; 5. Chamar os matriculados - filhos de associados, nos picos de trabalho e por um período de até 90 dias. Concluindo os trabalhos, o relator informa que apresentará estas sugestões na próxima Reunião Ordinária do CAP, sugerindo ao Colegiado que encaminhe correspondência às partes envolvidas na questão, solicitando empenho destas para a solução dos problemas ora existentes e ainda, que acompanhe o andamento das

155ª Reunião Ordinária – CAP/PGUA - Página 2 de 18

W Tool

PSK

A - Página 2 de 18

So



tratativas para auxiliar se assim for necessário". Conselheiro Tortato - Pede que se distribua a correspondência, assinada pelo Bloco dos Trabalhadores, sobre a ausência do OGMO, onde constataram de uma maneira mais firme o comportamento do OGMO com relação aos trabalhadores. Conselheiro Fayet - Pede que se convoque o OGMO para prestar esclarecimentos sobre a não participação na reunião. Da mesma forma que felicita os envolvidos pelo consenso que chegaram sobre a situação. Conselheiro João Gilberto - Disse que o fato do OGMO não participar dessa reunião, se dá em razão dos executivos do OGMO não sentirem conforto, e por falta de segurança, pensaram que poderiam passar por alguma manifestação mais radical. Conselheiro Tortato - Acredita ser inadmissível que se pense que um órgão não participa de uma reunião dessas preocupado com segurança. Já que foi uma reunião estabelecida pelo CAP, a qual o prefeito da cidade era o Relator, e todos os trabalhadores estavam presentes, assim como o presidente do SINDOP. Após os comentários sobre a matéria o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, o relatório da Comissão e adotar as recomendações propostas. - 5 – INFORMAÇÕES SOBRE SOLICITAÇÃO DE CURSOS PARA HABILITAÇÃO DOS TRABALHADORES PORTUÁRIOS -Conselheiro Arivaldo Barbosa José. Devido a ausência do Conselheiro proponente naquele momento da reunião, o Conselheiro Osmar Explicou que estão pedindo mais cursos para especialização do trabalhador, e que há dificuldade principalmente com equipamentos de grande porte para cursos de guincheiro, porque algumas vezes as empresas tem problema de ceder o equipamento para o aprendizado, e há dificuldade também de alugar equipamento. Por isso solicitam que o OGMO se empenhe mais em relação a esse tipo de curso. Senhor Ismael - Concorda que o OGMO realmente não tem condições de treinar os trabalhadores com equipamento de grande porte, e que para isso depende do operador portuário, para ceder os equipamentos que são caros, e que muitas vezes não estão disponíveis para treinamento, mas para movimentação de cargas. Não é simples o OGMO fazer com que um operador ou armador assuma um custo para treinar o trabalhador. Informa que por outro lado está sendo concluída a Escola de Ensino Técnico em Paranaguá, e a idéia é que se comece a utilizar o Centro para treinamento dos TPA's, e conseguir equipamentos para treinar o trabalhador com a comunidade. Informou que estão tentando que alguém assuma o ônus, ou seja, o custo do equipamento por um período, para ser utilizado no treinamento dos TPAs. Conselheira Maria - Acredita que quase todos os Portos do mundo têm simuladores. inclusive nas universidades. A Universidade de Valência desenvolveu robótica no manuseio de contêineres, e já que vão ter uma escola, que se tenha um convênio permanente com as universidades tecnológicas, no sentido do desenvolvimento no Brasil. Porque é claro que não vai se ceder um equipamento particular para treinamento, e os trabalhadores não podem ter qualidade sem treinamento. Acredita que deveriam no mínimo copiar o que já existe. Capitão Artur - Disse que com a Lei de Modernização dos Portos, passou a ser recolhido um determinado recurso, do que era recolhido ao INSS, que constitui o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo, e esse fundo, entre outras áreas, deveria suprir o treinamento do trabalhador portuário e do trabalhador aquaviário. Embora esse fundo seja gerenciado pela DPC, é repassado quase que integralmente aos OGMO's. Senhor Ismael - Disse que o que é recolhido não é ressarcido na mesma proporção, e que os cursos que o OGMO ministra, são ministrados exatamente com a quantidade de dinheiro, que é devolvido pela DPC. Capitão Artur – Informa que o dinheiro recolhido pelo FDEPM

pela DF que o q OGMO devolvid

155ª Reunião Ordinária - CAP/PGUA - Página 3 de 18

Abo His J.

PGUA - Página 3 de 18

Xv







para o treinamento portuário é todo repassado, e é redistribuído para o OGMO, mas não é necessariamente o que o OGMO arrecada. **Senhor Ogarito** – Explica que é um sistema de subsídio cruzado, onde os OGMO's de menor arrecadação recebem uma parcela para poder suprir os cursos que de outra forma não poderiam fazer. Presidente: Solicita ao Conselheiro Tortato que motive a Comissão Acompanhamento e Gestão de Mão de Obra dos Trabalhadores Portuários, para fazer um diagnóstico sobre a matéria. Conselheiro Tortato anunciou que na próxima reunião trará posicionamento sobre o assunto. - **6 - COMUNICAÇÃO DAS** INFORMAÇÕES PRESTADAS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – PR, VINCULADAS AO FORNECIMENTO DE CÓPIAS DE GRAVAÇÃO DA 150ª REUNIÃO ORDINÁRIA -Secretaria do CAP; O Presidente Hélio informou que sobre o assunto da cópia de áudio da reunião de julho, recebeu solicitação do Tribunal de Justiça do Paraná para que o CAP se pronunciasse sobre o fornecimento de cópia da gravação do áudio da reunião do mês de julho de 2006. Como já havia sido concluída a matéria, apenas informou ao Tribunal sobre a conclusão do assunto. - 7 - HOMENAGENS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CAP NO ANO DE 2006: À DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE PARANAGUÁ, À DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL DE PARANAGUÁ, A CONSELHEIRA MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA, AO SENHOR JUAREZ MORAES E SILVA - Presidente Hélio - Lembra que todos sabem a importância que tem este Conselho de Autoridade, porém é bom sempre sublinharem que em seu meio se encontram lideranças nacionais, não só de trabalhadores, como de empresários, dirigentes de empresas, representantes de entidades nacionais, de companhias de navegação, integrantes deste Conselho que por unanimidade decidiram homenagear pessoas que estão relacionadas na Pauta. cumprimentando a Delegacia da Polícia Federal, na pessoa do Dr. Fabiano Bordignon. Entende que a homenagem do CAP se estende, alcançando toda a CESPORTOS, a Superintendência da Polícia Federal no Paraná e consequentemente a CONPORTOS. Informou que teve a oportunidade de, a serviço da ANTAQ, participar da última reunião da CONPORTOS, onde foi muito bem acolhido por todos. A homenagem do CAP é um reconhecimento ao mérito desse trabalho que o Dr. Fabiano sempre desenvolveu, participando de angústias e anseios, contribuindo com orientações, com condutas, com procedimentos, convalidando todas as ações que este conselho tem tomado. Passa as mãos do Dr. Fabiano uma placa em homenagem aos relevantes serviços prestados ao CAP. Dr. Fabiano – Em nome da Delegacia da Polícia Federal agradece pela homenagem. Pensa que o servidor público não está na atividade para receber honrarias, mas o reconhecimento é sempre muito importante para motivar ainda mais as suas ações, o que não seria possível se não fosse o auxílio, o desprendimento e a determinação do Dr. Jarbas que os apóia, e que tem contribuído com a sua confiança para condução da Delegacia, que é histórica e que teve a honra de conduzir por um período. Divide a homenagem com todos os servidores da Delegacia, com os membros da CESPORTOS, que o apoiaram e estiveram presentes - Capitania dos Portos, Receita Federal, com Ivan da Guarda Portuário, e demais órgãos de segurança que estiveram juntos nesse processo e finaliza agradecendo a todos. Presidente Hélio -Destaca que da mesma forma a homenagem do CAP se faz à Delegacia da Receita Federal em Paranaguá, na pessoa do Delegado Arthur Rocha Cazella, que é uma pessoa que acompanha o Conselho, dando seqüência ao trabalho que o Delegado Marco Antônio conduzia com muito brilhantismo. Sentem-se\brindados com a presença

155ª Reunião Ordinaria - CAP/PGUA - Rágina 4 de 18





da Receita Federal, e mais do que isso, proporciona ao Conselho participar de um Fórum de Intervenientes do Comércio Exterior, e condicionando as datas das reuniões daquele fórum as datas das reuniões deste CAP, proporcionando a participação de integrantes deste CAP. Convida o Conselheiro José Baka Filho para entregar a placa em homenagem à Delegacia da Receita Federal. Delegado Arthur - Disse que não recebe essa homenagem nem com orgulho, nem com satisfação, mas que a palavra mais próxima do que sente é felicidade. Felicidade porque foi um ano muito profícuo para a Receita Federal em Paranaguá, pois possuem três missões a cumprir, sendo uma arrecadatória, na qual Paranaguá tenha sido talvez uma das melhores do Brasil, atingindo as metas em mais de 20%. Em atendimento de excelência ao público tiveram muitas mudanças, até com a ajuda da Laís do SINDAPAR, e a terceira grande missão é agilizar o comércio exterior com segurança e controle. E mediante a isso recebe essa honra ao mérito com muita felicidade, em seu nome, em nome do Dr. Bernardes -Superintendente da Receita, e do Secretário - Dr. Rachid. Presidente Hélio - Acredita que seja costume do Colegiado homenagear pessoas que tenham presenças marcantes, que estejam em sua plena potencialidade em continuar contribuindo com o Conselho, demonstrando uma vivência, conhecimento, e perspicácia, que é muito próprio das mulheres. Ainda disse que nos Colegiados em todo o Brasil, o espaço da presença feminina tem sido crescente, mas não suficiente quanto necessário. Que particularmente teve a oportunidade de presidir o CAP de Manaus, onde há uma Conselheira que ocupa papel de destaque nos assuntos e debates daquele Colegiado. e não é sem razão, porque na verdade os homens são muito limitados diante das mulheres. Por essa razão acredita que é um dever reconhecer os méritos da Conselheira Maria do Socorro, que desde o início deste Colegiado tem procurado dinamizar as ações deste Conselho, em prol do Porto de Paranaguá, e principalmente em benefício dos trabalhadores do Porto de Paranaguá. Convidando o Conselheiro Michael para fazer a entrega desta homenagem. Conselheira Maria - Gostaria de inverter a pauta e dizer que ela é que tem que agradecer o Conselho, pelo aprendizado que teve ao longo de quatorze anos, desde o início da formação da Lei 8.630. Está no Bloco dos Trabalhadores devido ao acaso de quando pensou que o Porto iria mudar, o que aconteceu na época do PL8, quando estava fazendo uma pós graduação na área de administração para se preparar para uma mudança no porto. Ocorre que ao ler a Lei, viu que haveria uma mudança profunda que ninguém percebia, e falando com seus amigos disse que enfrentariam uma crise, sendo que perguntavam onde estava a crise, pois se encontravam em um ambiente absolutamente estável, enquanto continuava acreditando que as coisas mudariam, o que lhe rendeu o apelido de "a sinistrosa". E a partir daquilo, ela que não era do movimento dos trabalhadores, começou a se encontrar com os trabalhadores para ver o que iriam fazer, porque tinha se preparado para ficar do outro lado. Se sabia que estavam caminhando para um abismo e não conseguia mostrar a percepção desse abismo, tendo a responsabilidade de atuação nessa área, vindo a partir de então o Conselho, o OGMO, o GEMPO, e a Marinha assumindo o CAP. E quando a Marinha assumiu o CAP, para ela foi a primeira grade demonstração de como possuem idéias feitas que não correspondem a realidade. Cinco Portos brasileiros foram escolhidos, e estavam em Paranaguá em uma luta estratégica para manter a situação dos trabalhadores, o que lhe obrigou a ler a arte da guerra várias vezes. Quando a Marinha assumiu, pensaram estar diante de um conflito difícil, o Porto de Paranaguá foi escolhido e pensavam ter problemas, o que foi um

155ª Reunião Ordinária CAP/PGUA - Página 5 de 18



₩.

PGUA - Página 5 de 18

A lor diff

Du



grande equívoco, pois começou a descobrir uma Marinha flexível, tão brasileira como eles, e tão preocupada como patrimônio nacional como estavam, sendo que tiveram presidentes dos Conselhos inesquecíveis. E em um momento difícil em que eram dinossauros, e o dinossauro em uma sociedade onde até o elevador está se modernizando tem dificuldades. Disse que esta foi uma experiência gratificante, mas mais gratificante foi estar no Conselho, por estarem na luta dos contrários na busca do bem senso. Aprendeu que existem posições separadas, com objetivos comuns, porque todos querem se dar bem, e partir do momento que descobrem isso passam a dialogar. e a buscar um consenso maior do que eles, que é a instituição, o país. Agradece a todos a homenagem. Presidente Hélio - Disse que há pessoas que convivem e contribuem expressivamente ao longo de anos com o trabalho do Colegiado. registrando para sempre nos anais do Conselho, e mais do que isso, a grandeza que foi enquanto Conselheiro e continua sendo como comprometido com os assuntos portuários. Sempre dizem que uma vez Conselheiro, sempre Conselheiro, e se tem isso muito claramente na pessoa do ex-Conselheiro Juarez, que hoje é conselheiro do CAP de Antonina. Convida o Conselheiro Fayet para que entregue a placa de homenagem ao Senhor Juarez. Senhor Juarez - Cumprimenta a todos, dizendo que se pudesse resumir em uma palavra o momento, resumiria em emoção, pois foram cinco anos em que teve a oportunidade de um aprendizado permanente e constante, ao conviver com cada um dos que estão aqui, e outros que já passaram. Nesses cinco anos nos CAP's de Paranaguá e Antonina, teve uma interrupção de um ano, que foi um dos momentos de profunda tristeza, porque naquela oportunidade acabou saindo do CAP e do Porto por questões políticas, e já naquele momento recebeu uma grande homenagem, achando que estava atingindo o ápice dessa emoção, porém descobriu que hoje tem a oportunidade de estar sobrepondo os momentos que já passou, principalmente por estar de certa forma distante, compondo o CAP de Antonina, mas com o sentimento cada vez mais presente e marcante. Firmado na convicção absoluta que o fortalecimento do CAP de Paranaguá é o fortalecimento do CAP de Antonina. tanto quanto o de Antonina o de Paranaguá. Pois compõem um sistema, que quanto mais fortalecido for, mais sinergia e reciprocidade de valor agregado se passa a ter. Acredita que a homenagem que recebe hoje se transfere àqueles lutadores e sonhadores que Antonina e Paranaguá tiveram, homenageando assim o Dr. Leopoldino de Abreu Neto, que é um incansável lutador pelas causas públicas do Paraná e de seus portos. Antonina renasceu das cinzas porque sonhos impossíveis tidos por Leopoldino e por mais alguns se materializaram na possibilidade de resgate da dignidade de uma região e povo, e de um fortalecimento da capacidade exportadora do Paraná, que responde ao redor de 10 bilhões de dólares, números que a cada ano são ultrapassados e que representam uma parcela muito expressiva da capacidade exportadora desse país. Receber esse prêmio das mãos do Dr. Luiz Antonio Fayet só reforça esse sentimento, porque o Fayet tem sido um obstinado lutador pelas causas públicas do Paraná ao longo da sua história. Era menino quando ainda no Governo Ney Braga pode conhecer o Fayet, e desde lá entender a sua postura e conduta. Tendo um valor muito especial ter recebido essa homenagem daquele que chama de gurú, reforçando o comprometimento em fazer dos Portos do Paraná e do Estado cada vez maiores e mais significativos, podendo tirar das dificuldades, dos desencontros e desentendimentos pelos quais passaram um ensinamento para que construam a partir de hoje um processo de diálogo permanente entre aqueles que representam o Porto,

m

155ª Reunião Ordinária - CAP/PGUA - Página 6 de 18

W W

PGUA - Página 6 de 18

A)

× «





independentemente de pessoas. Faz um apelo pelo diálogo, e este Conselho tem sido um fórum para que se materialize esse diálogo de construção. Ninguém ganhou nesse processo de disintonia, e eventualmente de conflitos, e que façam disso um aprendizado para que a partir daqui, com desprendimento estendam as mãos, porque se todos forem num sentido só para obter o sucesso obterão um porto mais forte. Seja quem venha a ser o próximo superintendente do Porto na sequência do Governo Requião, que ele esteja sentado nesta mesa, debatendo de forma respeitosa, mas fazendo do diálogo uma ferramenta de construção. Que busquem o mercado com diálogo, onde os interesses individuais estejam sobrepostos sempre pelos coletivos. Presidente Hélio - Disse que na reunião passada informou que a reunião do CAP seria nas suas instalações naturais, no entanto em decorrência de um convite que receberam da direção da ACIAP, casa que nos acolhe por dois anos, e não poderiam deixar de atendê-lo. Ao longo desse período de quase dois anos, por motivos que impossibilitaram o CAP de se reunir na Administração do Porto, foram extremamente bem acolhidos, e a ACIAP tem sido uma parceira sempre presente em acolher o Conselho em prol do desenvolvimento do porto, e da comunidade de Paranaguá, e por essa razão pede ao Conselheiro Ruy, representante da Administração do Porto, que entregue à ACIAP uma singela homenagem por esse período que compartilharam aqui, pois a reunião de janeiro será na sede da APPA. Conselheiro Alceu - Cumprimenta a todos os conselheiros, convidados e autoridades presentes, e faz das palavras do Sr. Juarez as suas. Disse que receber a homenagem das mãos do Diretor Empresarial do Porto, é um marco de 2007, para que possam - comunidade portuária e autoridade portuária sentar e dialogar. A Associação Comercial sempre tem procurado esse diálogo, e foi uma honra estar recebendo o CAP na entidade, e quando precisarem estarão dispostos a recebê-los. Convida a todos para, ao término da reunião, comemorarem a última reunião do ano participando de um almoço no Salão Social da ACIAP. O Presidente registra ainda que no dia 13 de dezembro foi comemorado o dia do marinheiro, parabenizando e ressaltando da importância que representa a Marinha no país. - 8 - PROPOSTA DE CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CAP PARA O ANO DE 2007 – Secretaria do CAP; O Presidente apresentou a proposta de Calendário com as datas para as Reuniões Ordinárias do CAP no ano de 2007. Após a análise da proposta pelo Colegiado, ficaram estabelecidas as seguintes datas para a realização das Reuniões Ordinárias durante o ano de 2007: 18/01; 15/02, 22/03, 26/04, 24/05, 22/06, 26/07, 23/08, 20/09, 25/10, 22/11, e 12/12. 8-A -PRORROGAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS TARIFAS DO PORTO PARANAGUA - Pela urgência da matéria, o Conselho decide examinar a matéria. Na sequência o Presidente informou sobre o recebimento do Ofício 269/2006 - DG -ANTAQ, de 14 de dezembro em resposta ao Ofício encaminhada àquela Agência sobre a proposta de reajuste tarifário apresentada pela APPA, "informando que o processo se encontra na fase de conclusão, restando apenas avaliação das conformidades jurídicas para ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada desta Agência. Após esta decisão, atendidos todos os requisitos regimentais, também será expedido comunicado a esse CAP, informando as conclusões finais sobre o exame da referida proposta." O Conselheiro Fayet - preocupa-se porque como houve uma defasagem grande entre a proposta e a resposta da ANTAQ, entre 01 de janeiro e a próxima reunião de janeiro, entende que deveria ser tomada alguma providência para evitar algum vácuo jurídico. Solicita que os operadores e outras organizações se manifestassem sobre isso, pois a

WX

155º Reunião Ordinaria - CAP/PGUA - Página 7 de 18

M XX (III

AP/PGUA - Página 7 de 18

3.





situação pode se tornar complicada, e por não se ter tarifa homologada por cerca de dez dias, pode levar a discussão de direitos que poderão trazer problemas ao porto de Paranaguá. Aparentemente a culpa não é da APPA, porque a apresentou tempestivamente o pedido, embora não se possa discutir a qualidade da apresentação. Acredita que o CAP deveria tomar uma deliberação, prorrogando as tarifas de primeiro de janeiro até a próxima reunião de janeiro. Presidente Hélio -Disse que a APPA apresentou à ANTAQ no início do ano uma proposta de reajuste tarifário, mas ANTAQ está alterando a sua postura, ou seja, os assuntos apresentados estão sendo submetidos a um exame preliminar e caso não estejam completos são devolvidos, o que não aconteceu com a proposta da APPA, por não existir na época esta decisão. O que acontece é que ao longo deste período foram feitas uma série de entendimentos, buscando informações complementares, e o processo de exame da ANTAQ foi muito pequena, porque só tiveram a complementação total de todas as informações muito recentemente. O assunto está na Procuradoria Jurídica da Agência para análise da conformidade jurídica, e depois vai para Diretoria Colegiada, e por força de determinação do Ministério da Fazenda, a ANTAQ, tem que aguardar quinze dias para que o Ministério da Fazenda se pronuncie. Não sabe qual é o resultado desta análise, mas quinze dias após a decisão da ANTAQ já extrapola 31 de dezembro, e se terá um vácuo tarifário no dia 01 de janeiro. Conselheiro Fayet - Acredita que se deveria prorrogar a vigência das atuais tarifas até 15 de fevereiro. Presidente Hélio -Disse que apenas são homologadores, portanto tem que homologar o que a Administração do Porto propor. Conselheiro José Roberto – Entende que o Porto não vai ficar sem tarifas, e o que aconteceria é que as tarifas retroagiriam aos patamares de cinco anos atrás. Houve um aumento nessa tarifa autorizado por cinco anos. A questão é se mantém essa tarifa, ou se ela retorna e se refaz. Senhor Ogarito - Acha importante o assunto levantado, porque podem a partir de primeiro de janeiro, terem uma dificuldade de lastro para dizer porque se cobrou essa tarifa. É evidente que não se consegue retroagir para cobrar do navio. A proposta do Conselheiro Fayet é coerente, mas é uma questão que esbarra na legalidade. Conselheira Maria do Socorro - Sugere que face à situação de emergência, deveriam prorrogar as tarifas existentes por 60 dias, para avaliar nesse período a questão tarifária do Porto. Conselheiro Ruy - Corrobora com a opinião do Senhor Ogarito e da Conselheira Maria. Conselheiro Fayet – Coloca que pediu opinião porque sua grande preocupação é se existe algum óbice que poderá ser constatado juridicamente. Esclarece que quem tem poder de homologar, tem poder também de deliberar, não precisa de propostas, e não é com isso que se preocupa, mas sim com o ritual da aprovação da ANTAQ e do prazo do Ministério da Fazenda, o que pode criar um tipo de embaraço jurídico, porque as pessoas podem deixar de pagar a tarifa vigente, tendo em vista o não cumprimento do ritual. Embora estejam procurando uma posição de bom senso, tem que se ter a cautela de não esbarrar em problemas jurídicos. E a partir do que ouviu, tem a impressão, que talvez a sua idéia fique prejudicada por esse calendário determinado pela legislação, que pode ser o gancho, ou a base jurídica para uma contestação de tarifas. Voltando às tarifas anteriores não teriam nenhum tipo de contestação. O que não podem gerar é alguma decisão que tenha sequelas no campo jurídico, porque isso não interessa a ninguém, e estaria tendente a voltar às tarifas anteriores, salvo alguém ter uma luz e entender que a prorrogação não traria consequências no campo da contestação. Conselheira Maria - A Lei 8630 é clara, calve ao Conselho homologar a

97

155ª Reunião Ordinária - CAP/PGUA - Página 8 de 18

ão Ordinária – CAP/PGUA - Página

M'A

V.



Tarifa do Porto, e em muitas ocasiões ao longo desses quase quinze anos o Conselho alterou a tarifa. O único caso em que foi para o Ministério da Fazenda, foi porque o Brasil estava vivendo um momento de congelamento tarifário, e se alegava que a inflação era praticamente zero. Não vê impedimentos em prorrogar essa tarifa, até porque está vigente a cinco anos. E se considerarem as tarifas anteriores, elas são de 10 ou 12 anos atrás. Por uma instituição portuária que precisa de apoio, que não pode sofrer dano, não importando quem está a frente dela, é de bom senso aprovar as tarifas por mais 60 dias. Quando aprovaram a tarifa há cinco anos atrás, mesmo vindo do Ministério da Fazenda, alguns operadores entraram contra, mas não ganharam na justiça. Conselheiro José Roberto - Não sabe se existe a condição de prorrogar e deveriam consultar alguns advogados. Conselheiro Ruy - Destaca que o pleno exercício das liberalidades poderá os atingir com demandas judiciais quando prorrogarem, ou até mesmo mantiverem as tarifas de 10/12 anos atrás, e teriam um fato que seria um dano efetivo a uma dada ordem econômica. Acredita que a Autoridade Portuária foi tempestiva, cumpriu com as proposições temporais, entregou isso, e a ANTAQ dentro dos seus critérios burocráticos, procedimentais, não respondeu a isso. Estão de certa forma legalmente calçados, por estarem no transcurso de um procedimento legal, lícito, tempestivo, e que merecerá a contemplação de todos. O que tem que ser analisado, é se o pior é dar mais prazo, ou remeterem as tarifas a um decênio atrás. Porque acredita que esses danos seriam maiores que de uma prorrogação. Presidente Hélio - A ANTAQ agiu dentro das regras e solicitou as informações necessárias a Administração do Porto e somente completou essas informações em um período recente. Mediante a uma consulta do Conselho, informou o estágio que se encontra a análise no âmbito da Agência, e não existe vácuo de comunicação. Senhor Ogarito - Acredita que a ANTAQ seja uma Agência em plena fase de adaptação, de ajustes, de construção, teve a oportunidade de estar lá, e até o prédio é novo. Os procedimentos estão se implantando e com dificuldades naturais. Estão diante de um fato concreto, um patrimônio público, que vai ser subvalorizado, e utilizado abaixo do valor real, com evidente prejuízo, na medida em que ele vai ser utilizado. É a obrigação de todo agente público, e entende que a preocupação em cima da decisão que o CAP vai tomar é lastreada sob dois fatores, primeiro na realidade que o prazo final é aquém da soma dos prazos tempestivos. Entende que a prorrogação da homologação encontraria toda a justificativa jurídica do interesse público, e não há dúvida quanto a isso, porque o interesse público seria prejudicado pela não prorrogação, e isso é absolutamente tranquilo. E como os contratos públicos tem prevalência sobre os contratos privados, não tem nenhuma dúvida que a questão pública envolvida dá sustentação para prorrogação, e que a prorrogação preserva o interesse público, e portanto se supera e não é ilegal nas outras questões. Conselheiro Fayet - Sob o aspecto legal não tem dúvidas de que o CAP possui o poder de fazer essa prorrogação até o dia quinze de fevereiro. Registra primeiro a tradicional negligência e incompetência da Administração da APPA em levantar esses problemas, porque quem levantou o problema tarifário foi ele, e quem está cobrando em todas as reuniões é ele, e o fato emergiu não pela diligência da APPA, mas pela diligência de conselheiros preocupados com os problemas do Porto que não são poucos. Está preocupado com o imbróglio jurídico que poderá atingir, o Porto de Paranaguá, e como representante dos usuários propõe que se prorrogue até o dia 16 de fevereiro as tarifas vigentes. Pessoalmente fará um expediente à ANTAX para

9

155º Reunião Ordinária - CAP/PGUA Página 9 de 18

A M

/-





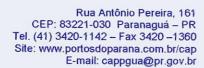
saber se houve tempestividade das ações da APPA, porque tem dúvida disso. Sabe que a ANTAQ reformulou os sistemas de informação e quer inclusive esclarecer isso na correspondência que encaminhará. Faz a proposta para a tranquilidade dos Agentes econômicos, e repete que nesse episódio como em outros, inclusive sob o aspecto de dragagem que é infinitamente mais grave, a negligência e incompetência são patentes. Presidente Hélio - Disse que é de pleno direito solicitar informações a agência, porém lhe assegura que de acordo com informações que colheu dentro da Agência, a conclusão do envio de informações solicitadas pela ANTAQ foi muito recente, e em razão disso não foi a demora da Agência, foi um encaminhamento em partes, algo que não se repetirá em todos os processos, porque a Agência fará análise prévia e se os processos estiverem incompletos, retornarão a sua origem. Senhor Ogarito - Fica feliz em saber sobre a normatização da ANTAQ nesse sentido, o que é um grande avanço, e uma forma de proteger a ANTAQ e facilitar para as autoridades portuárias, e na condição de convidado não lhe cabe comentar as posições do Conselheiro, sobre a questão de negligência e incompetência, apesar de não concordar é um direito legítimo de se manifestar. O fundamental é que está impresso o interesse de preservação do interesse público, e do Porto, que seria a prorrogação por 60 dias. Conselheira Maria - Sua proposta é de prorrogação de 60 dias a partir de 01 de janeiro. Após as análises e comentários conclusivos sobre o assunto, considerando todo contexto levantado, a apresentação pela APPA da proposta de reajuste tarifário à ANTAQ, o Ofício que a ANTAQ devolveu citando a posição que se encontra essa análise, as preocupações de toda comunidade e usuários com o impacto que eventualmente a não prorrogação dessa homologação poderia acarretar sobre os negócios realizados com a Administração do Porto e da mesma forma a confirmação de todas essas questões, o Conselho resolve PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, contatos a partir de 01 de janeiro de 2007, a Resolução n.º 04/2001 - CAP/PR, de 31 de agosto de 2001, que homologou a Revisão da Tarifa Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina; os respectivos valores constantes das Tabelas I, II, III e IV e das Tarifas Convencionais anexas à referida Resolução; ESTABELECER que esta decisão se limita à aplicação dos atuais valores das Tarifas Portuárias vigentes no âmbito do porto organizado de Paranaguá. - 9 - INFORMAÇÕES SOBRE A CONCLUSÃO DA IMPLANTAÇÃO DO ISPS-CODE NO PORTO DE PARANAGUÁ - Dr. Fabiano Bordignon - CESPORTOS; - Cumprimenta a todos, e disse que o processo de implementação do ISPS CODE no Paraná esteve a cargo da Comissão Estadual de Segurança, presidida pela Polícia Federal em todo o Brasil, e trabalha com outros órgãos de Segurança e Fiscalização, como é o caso da Capitania, da Receita Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, apoio da Guarda Portuária. Lembra que o processo de implementação começou em 2002 com a criação do ISPS CODE em nível nacional, seguida de uma etapa de planejamento e avaliação dos riscos de cada terminal. Depois a confecção dos Planos de segurança, onde o término de aprovações foi em meados de 2004, chegando a terceira fase, que os terminais deveriam implementar a teoria de segurança que estaria sendo aprovada pela Comissão estadual e pela Comissão Nacional. Hoje é um momento importante, do término de um processo, os vinte e sete terminais dos Portos do Paraná estão todos certificados, com a declaração de cumprimento, que diz basicamente que o Porto implementou as medidas previstas no Plano de Segurança. Sendo que os Portos de Paranaguá e Antonina receberam no dia de hoje esta certificação, estando presentes o Presidente

155ª Reunião Ordinária - CAP/PGUA - Página 10 de 18



da Comissão Nacional, e o Superintendente Regional da Polícia Federal. Acredita que o CAP foi um agente catalisador disso tudo, e em todas as reuniões foi convidado a informar como encontrava-se o processo, sendo que por diversas vezes o que contribuiu foi a presença da APPA na reunião, que ajudou que muitas questões fossem resolvidas. O sistema do Porto é moderno, e vai permitir um controle de acesso eficaz, hoje há mais 400 câmeras de monitoramento, contando com os terminais e o Porto público. Pelo tamanho do Porto de Paranaguá o avanço é significativo. O Conselho de Autoridade vai continuar sendo importante, porque passam para uma fase de testes dia a dia, e terão que fazer auditorias. Passa a palavra para o Dr. Campos, que explanará sobre o contexto nacional. Dr. João Carlos Cardoso de Campos - CONPORTOS - O Estado Brasileiro como contratante assumiu esse compromisso, para garantir o comércio exterior e o estabelecimento dessas medidas. No começo o processo foi difícil, pois não se tinha modelos, mas o Governo Federal reagiu, e deram início ao processo, avançando. De 209 planos que operam o comércio exterior do país, há 152 certificações. Agradecem em especial aos empresários que apesar de uma resistência inicial, até por uma falta de informação mais clara não projetaram dentro do prazo que o Brasil pretendia entregar o processo completo, mas que foram os responsáveis por impulsionar o processo. Sabem que os Portos públicos vinculados a União, ao município ou ao Estado por diversos fatores, tiveram o atraso, e a CONPORTOS foi sensível. Se questionou no começo o procedimento diverso entre o público e o privado. Ajuizaram pelo bem senso em ver como o processo ia ser estabelecido, e o processo foi andando, e no caso de Paranaguá, um porto de vital importância, juntamente com Rio Grande, Vitória, Santos, Rio de Janeiro, representa um total de 65% do movimento. A CONPORTOS tem essa dimensão na importância desses portos, mas não releva qualquer que seja a instalação por menor que seja. A felicidade é ver todo um processo contemplado e partir para uma segunda etapa. No começo do processo, ao estabelecer o processo o governo Federal chamou uma co-responsabilidade no que tange a segurança pública do país, como um ato de soberania. Seria muito fácil o Governo Federal exigir dos Portos e empresários que fizessem e se colocassem em uma posição de mero fiscal. A CONPORTOS tem o projeto de finalizar todos os planos, garantir a imagem externa do Brasil, o comércio, a produção, e aproximar o poder público, através de uma articulação, de uma coordenação, que a Polícia Federal, a Receita Federal, e as Administrações Portuárias vêm dando resposta até esse momento. Acham que essa etapa é a mais difícil, porque senão o processo vai retroagir. É um processo novo, sem cultura em nosso país, e há três ou quatro anos atrás os portos tinham uma outra imagem, e todos da Comissão sabem a mudança que os Portos apresentam em dois anos e meio de processo. Críticas vêm acontecendo nas gestões públicas, no prazo que foi determinado pela IMO, em julho, mas que hoje é nítido para os brasileiros que soberanamente impuseram o alavanco do processo, que era impossível. O Governo Federal fez o repasse para alguns portos e não vai entrar no mérito da questão, do porquê o órgão do Ministério repassou ou não repassou. porque alguns portos contemplaram e fizeram em uma iniciativa pioneira a CONPORTOS não entrou nesse veio. O objetivo é estabelecer um processo de repressão, de prevenção, de sinistros acontecidos nos Portos, contra a navegação. Felizes nesse momento e hoje no Estado do Paraná, possuem relatórios contínuos através dos colegas da ANTAQ e da CESPORTOS que tem mantido o Colegiado informado da situação de cada porto. Esperam em maio de 2007 liquidar o processo, a

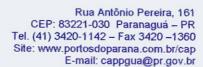
155ª Reunião Ordinária - CAP/PGUA - Página 11 de 18





CONPORTOS deliberou no último dia seis, e o Dr. Borghetti irá agendar uma reunião para janeiro para estabelecerem um calendário final para todas essas pessoas e de todos os retardatários, não pejorativamente. Vão tentar liquidar o processo e passar para uma fase qualificativa, que é o treinamento, e as auditorias que o poder público vai fazer. Brasília pretende chamar todos os envolvidos no processo, para ter um nivelamento, para ter um padrão harmônico da sensatez e da realidade de segurança que o país vive. Porque há três anos atrás vêm amadurecendo, e aprendendo a ter uma visão mais nítida do processo, do que efetivamente é necessário para segurança dos Portos e a navegação. O processo em si não é complexo como o que parecia no momento. São medidas simples, que tem que se enraizar como uma cultura definitiva. e não podem retroceder, e infelizmente sabem que alguns portos, já certificados, em inspeções rotineiras da CESPORTOS deixaram de lado alguns aspectos de segurança, e estão preocupados inclusive no encaminhamento de uma lei mais forte, porque talvez só a notificação não surta o efeito para implementar. Costumam exemplificar o comportamento como seres humanos, todos vêem placas de 80 - 60 km, mas se passa a placa e finca o pé, e às vezes com uma boa multa por excesso de velocidade acaba se corrigindo o cidadão, se não pela consciência, por um ato de sanção administrativa. Todos sabem que o fator segurança agrega valor a carga, o Brasil não vai ter competitividade, e tem usado uma expressão própria da navegação, ou se faz, ou se fica a deriva, de barreiras não tarifárias a qualquer momento. Então o Brasil tem que ter esse Selo de qualidade em todos os seus portos, garantindo o comércio. Toda essa gama de trabalhadores em cidades como essas, onde o Porto é vital para economia local, do Estado e do país, é uma consideração inicial que a CONPORTOS faz. Não pode deixar de agradecer, porque quem realizou esse processo foram as CESPORTOS local, e essa é uma satisfação que o Colegiado nacional tem. Todos os servidores da CESPORTOS tem as suas atribuições no âmbito de suas competências, a Marinha do Brasil, Receita Federal, os colegas da ANTAQ, da Polícia Federal, a CONPORTOS e a CESPORTOS. A CONPORTOS é um ente abstrato, sem estrutura física, que funciona basicamente na vontade e na cooperação de cada local, o que é um desafio que o Governo Federal, para que se tenha maior eficácia nesse controle. Agradece a todos pela logística prestada, porque são dois verbos futuros, coordenar e articular, e disse que como servidores públicos não podem exigir que o Estado tenha gastos, pois o Poder público tem que ser cobrado. A CONPORTOS não normatizou, e confia mais no aspecto local, no dia a dia, na vontade de manter uma boa convivência, pois pequenas coisas com o tempo vão resolvendo. Ouvindo a pauta da Comissão sobre o OGMO, disse que isso é pertinente ao poder local, e é uma situação que passa por todos os Portos, principalmente na parte de credenciamento nas escalas eletrônicas, e isso paralelamente porque é de vital importância. Os trabalhadores vão ter que se adequar, e há de se passar uma cultura a eles. Alguns portos para isso fazem treinamento simulado sem crachás, para que se habituem a esses novos acessos que lhe foram impostos pelas normas de segurança, tendo certeza que vão chegar a um bom termo. O Brasil externamente está muito confortável, e é intenção da CONPORTOS na reunião de janeiro, colocar o Brasil como voluntário para as inspeções da IMO. Há 152 terminais certificados, e até fevereiro se terá mais terminais, como a situação de São Paulo, porque no momento que a CODESP contemplar as medidas de segurança, e de monitoramento, se tem cerca de 25 a 30 terminais prontos a serem certificados, e estarão batendo quase que a totalidade do processo. Assimi

155ª Reunião Ordinária - CAP/PGUA - Página 12 de 18





através da CEC em Brasília se colocará o Brasil como voluntário. Disse que fizeram uma visita externa aos portos americanos, que são ótimos portos, mas que os terminais no Brasil poderiam estar instalados em qualquer um desses países no mesmo patamar. É o selo de qualidade que essas pessoas venham aos terminais brasileiros, onde terão a oportunidade de mostrar o processo. Relembrando que é um código humanitário, e que o Brasil é um dos 166 países que somou aos demais países do mundo para buscar a paz, em cima de um acidente que contrariou qualquer princípio, ou norma de segurança vigente até então. O 11 de setembro foi um marco, e se tem que colocar a posição do Brasil como parceiro humanitário, buscando portos mais seguros e uma navegação mais segura, e esse é o princípio de todos da CONPORTOS e CESPORTOS. Sr. Ezio Borghetti - Tiveram a oportunidade de acompanhar desde o princípio a preocupação do CAP, e sua presença efetiva dentro do processo. A presença do Dr. Fabiano, como convidado permanente é muito importante, e é um exemplo que deve ser seguido em outros Conselhos. Com relação ao processo. comenta a qualidade do produto que estão disponibilizando ao mundo. Não só visitaram os terminais americanos, como também receberam visita da guarda costeira, autoridade de segurança americana, onde visitaram inicialmente Ceará, Rio de Janeiro e Santos, que ainda não está plenamente certificado, assim como Rio de Janeiro, mas que tiveram uma impressão positiva pela forma como se tem conduzido pelas autoridades estaduais, e receberam de fato um aval da guarda costeira americana. Podem observar que em termos de segurança pública estão atendendo apenas a primeira parte, e foram impulsionados num plano de segurança, previsto em nível de Governo Federal, que teve seu início em 1995 com a criação da CONPORTOS e da CESPORTOS, mas que teve impulso com o advento do ISPS CODE, e isto obrigatoriamente para os terminais que fazem comércio exterior. Mas que não se limita a isso como plano de segurança que é o que o Dr. Campos iniciou na sua colocação. porque estão trabalhando com o terminal que faz a exportação, com o navio que faz o transporte, e é o intra-muros, o Porto para dentro. Na sequência se tem, como o próprio nome da Comissão diz, Comissão de Segurança Pública, nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, a continuidade ao plano em si de segurança, o que ultrapassa os muros do Porto. O Terminal que não tem a obrigatoriedade de atender o ISPS CODE é o Porto lacustre, e fluvial, a via navegável dentro do país. Só na Amazônia é de apavorar pensar no trabalho que se tem pela frente. Mas estão vencendo, e o Paraná é um dos poucos estados que possui todos os seus terminais plenamente certificados, no número de 27, incluindo os dois portos. Transmite que não para por aqui, e parabeniza pelo avanço. Senhor Jaber - Cumprimenta os membros do Colegiado, e transmite a participação desde o início do processo, quando começaram a construir os NEPON's. Esteve em uma Reunião em Buenos Aires, onde discutiam o problema da Tríplice fronteira com os outros países, o que é de suma importância, pois se refere a projeção externa do país. Ao participar da Reunião com Argentina, Paraguai, Brasil e Estados Unidos, onde os EUA fizeram questão de dizer que há focos de terrorismo na tríplice fronteira, inclusive com uma ponta em Paranaguá, não citando exclusivamente Paranaguá, mas foi um fato que a Polícia Federal desbarataram uma quadrilha de falsificadores de passaportes, passagens e de cartões de crédito, e tomaram isso como se fosse uma célula de terrorismo, e fizeram questão de divulgar isso em nível internacional. Tiveram uma batalha de três dias, com os três países contestando a existência de qualquer célula terrorista na área da tríplice fronteira. Cita isso porque se

155ª Reunião Ordinária - CAP/PGUA - Página 13 de 18,



não derem continuidade a esse projeto, que é um projeto de segurança dos Portos e Aeroportos terão uma dificuldade imensa na Tarifa Portuária, porque todos sabem que há um acréscimo. Veio para o Paraná de Santos, onde esteve por três anos. trabalhando intensamente neste projeto de segurança dos Portos, e até hoje sente por saber que não concluíram ainda a Segurança do Porto de Santos, que é indiscutivelmente o Porto mais importante ou o maior porto do Brasil, onde não conseguiram fechar ainda o projeto de segurança total. Fez questão de vir. por saber que iria sair com essa satisfação que era ver os Portos do Paraná certificados, por saber que vão dar continuidade a essa segurança, porque isso se refere a imagem do país no exterior. Conselheiro Fayet - Inicialmente cumprimenta as autoridades, e disse que esse trabalho da CONPORTOS, multidisciplinar, foi um trabalho que deu certo no Brasil, e fica feliz porque quando se fala em Brasil, está se falando de um continente, e há cinco anos trabalhando para a Confederação Nacional de Agricultura, nessa questão de logística e Infra Estrutura do Agronegócio no Brasil inteiro, e a diversidade e complexidade dos problemas que tem que enfrentar são realmente muito grandes e o fato de ter dado certo esse trabalho é alegria para todos. Registra especialmente a participação do Dr. Campos e o Dr. Borghetti, com quem esteve em diversas oportunidades, quando representando a Confederação na Comissão Portos. Registra também a participação especial do Dr. Fabiano no Paraná, que como convidado permanente do CAP sempre esteve disposto a ouvir suas reclamações. Como usuários foram cristalizando ao longo desse período uma contestação extremamente importante, tanto em fóruns onde trabalharam com comissões multipartites, com trabalhadores, setor empresarial, e governo, onde levantaram essa questão. Em 2003 o Ministro dos Transportes criou uma comissão para falar da modernização dos Portos, e o ISPS CODE passou a ser uma prioridade muito forte. porque como já registraram e faz questão de qualificar essa colocação, esse trabalho que foi desenvolvido nos Portos brasileiros é muito maior do que se pode imaginar. vale muito mais do que muitos investimentos e muito dinheiro, tratando-se de uma transformação que na Comissão Portos qualificaram como tão importante como a Lei 8630, Lei da Modernização dos Portos. É um outro salto na modernização dos Portos brasileiros, e é uma mudança fundamentalmente qualitativa. Toda evolução que tiveram a partir da Lei 8630 eram problemas graves no Brasil, principalmente no contexto dessa segurança do Sistema, e esse trabalho de implantação que comandaram permitiu fazer uma mudança muito importante, e é testemunha dessas mudanças, em termos da organização que os portos passaram a tomar. Acredita que os portos passaram a ser uma vitrine importante sob o aspecto da apresentação e sob o aspecto operacional, o que tem um reflexo maior para os que são da comunidade. portuária, porque se reflete na segurança das pessoas, e dão um valor grande a isso. até porque entendem que essa questão da segurança portuária, poderia se transformar numa barreira não aduaneira para prejudicar as exportações e a competitividade brasileira no mercado internacional. Estão atentos e viram que isso poderia ser uma barreira muito complicada. Registra como Conselheiro, e acredita que todo o CAP se sente honrado inicialmente com a presença de todos que tiveram a deferência de os visitar e se sentiram muito alegres por ver que conseguiram essa vitória, e são os pioneiros na dotação orçamentária de recursos. Antes do Ministério dos Transportes fazer dotação de recursos, o CAP de Paranaguá já tinha o seu projeto, e se sentiram muito felizes com a presença de todos e com o evento de hoje. Disse que foi muito,

155ª Reunião Ordinária - CAP/PGUA - Página 14 de 18





bem colocado porque é um processo e não se extingue, não só por esta certificação, mas porque qualidade é uma condição de competitividade que não pode ser relegada em momento algum, e se conseguiram chegar nesse ponto tão difícil para o Brasil, tem condições de fazer com que este gargalo se elimine, e a competitividade aumente. Conselheiro Michael - Registra a satisfação em nome da armação, pela presença da CONPORTOS, Polícia Federal, Ministério da Justiça. Há incidentes bastante freqüentes e agressivos de assalto armado no ancoradouro do Porto de Santos. Com relação ao trabalho inacabado no Porto de Santos pergunta sobre o escopo contemplado principalmente dentro das responsabilidades da Polícia Federal, com o patrulhamento de vias de acesso, ancoradouros e todas essas coisas, que a primeira vista estavam vendo uma escalação inadequada de recursos e de pessoal para poder fazer essa proteção, garantindo a proteção genérica do Porto que não é só de lado e fora, mas para os estuários, ancoradouros e tudo mais. Pergunta porquê em Santos os navios estão rodando lá fora, e não estão ancorando mais naquele ancoradouro, e muitos deles estão se atrasando em suas manobras, por terem que se aproximar em três horas depois de marcar com o prático, e estão 60 milhas lá fora para não serem assaltados. Conselheiro Ruy - Disse que este é um dia muito importante, com a presença de pessoas ilustres e sentem-se exultantes por saberem que conseguiram a referência através da coalizão de esforços, e o empreendimento de uma tríade que é a disciplina, foco e ação. E o que possuem é um referencial, porque não devem nada a ninguém a partir de então, há problemas a serem alcançados, mas com certeza se eram vencedores, hoje são vitoriosos, e a diferença literal nisso. CONPORTOS E CESPORTOS são vontade manifesta, porque o efetivo muito mais que um instrumental, e sabem como seres humanos, que com vontade e unidos são gigantes e que a partir do 11 de setembro para que nunca mais esqueçam, que pensem nisso que unidos são um povo, seguro, consciente, e dotado de suas atribuições. Parabeniza a todos. Conselheira Maria - Esteve em 2002 visitando a sede da IMO, e mapeavam as áreas do mundo que consideravam como área de pirataria, o que significava o seguro da carga muito mais alto, significava perdas muito maiores. Muito maior do que perceber uma situação dessas só de entrada e saída do Porto, mas é uma questão comercial, e de imagem. E esse trabalho que foi realizado em Paranaguá, é muito maior que uma questão de segurança, é uma questão comercial, que transformam os nossos produtos, encarecem os seguros dos produtos, porque a partir do momento que uma seguradora considera um porto como área de pirataria, qualquer navegação naquela área está com o preço agregado e superior, o que é um problema sério para um país que tem um comércio exterior insípido diante da sua grandeza. Se tem sérios problemas, e esse encontro de esforços é um exercício de cidadania, porque se estão nesse país nesse momento, e nesse conselho, se tem um dever público de melhorar a situação atual. Tem certeza que os convidados presentes, que estiveram visitando outros países, vêem a necessidade que se tem de ganhar quinze anos em cinco, e essa habilidade se tem, porque estão conseguindo e podem conseguir mais nessa junção de esforços. Gostaria que logo pudessem chegar as sedes dessas seguradoras internacionais e não ver mais um mapeado com área de pirataria nos portos. Conselheiro Tortato - Em um primeiro instante ressalta a condução, e postura equilibrada do Dr. Fabiano, que desde as primeiras reuniões colocava com muita clareza a abrangência desse sistema, que é necessário e o mundo inteiro vai incorporar. O bloco dos trabalhadores faz esse registro e parabeniza pelo sucesso da

155ª Reunião Ordinária – CAP/PGUA - Página 15 de 18

55ª Reunião Ordinária



implantação desse sistema, muito em função da forma como foi conduzida pelo Dr. Fabiano. Conselheiro Arivaldo - Registra a condução dos trabalhos dada pelo Dr. Fabiano. E que junto com isso se use a Lei 8630, onde se diz que para adentrar a área do Porto se respeite a Lei. Os trabalhadores tiveram resistência, primeiro porque estão dentro do Porto, e sofreram diretamente essa transformação. A transformação não foi da retaguarda a área primária do Porto, e então estão de parabéns porque aceitaram de forma a caminhar junto com a segurança do Brasil. Dr. Campos - Disse que a CONPORTOS está ciente de todos os acontecimentos, através de um documento chamado relatório de ocorrência de ilícitos penais. Os planos foram feitos em sua primeira fase para garantir o comércio exterior, e fazer uma alteração de cultura, e qualificar o produto num processo que é evolutivo. Coincidentemente ou não, uma semana antes em 2002 da Convenção ISPS CODE, do código de proteção a navios e relações portuários, o Brasil independente deste impulso externo aprovava o seu plano de Segurança Pública Portuária, e para todo este plano tem quatro princípios básicos. que consistem no combate ao roubo de cargas, ao tráfico ilícito de armas e drogas, e a conjunção do subsistema de inteligência de todos os órgãos de segurança pública. Estão caminhando para que no momento em que o Porto público contemple todos os planos dos seus arrendatários, e que Brasília contemple essas normas dentro desses princípios que são objetivos dentro do plano de segurança pública portuária, para esse tipo de reação. Mesmo assim dentro do que lhe cabe, por ser um órgão construtivo, de articulação com os poderes locais, fizeram contato com Santos, com Secretário Executivo do Ministério da Justiça, com o Secretário Nacional de Segurança Pública, o Ministro Márcio Tomás Bastos e todas as entidades que reportaram esses fatos que se acabou de narrar, a eles foi encaminhado a narrativa de cada fato. O Delegado local já alterou a escala, porque os fatos vinham acontecendo no período de madrugada e já está dando uma resposta não somente a Polícia Federal, mas a Marinha que é parceira, e colocou-se a disposição, assim como a Receita Federal, e a Guarda Portuária. É uma questão de articular, porque todos sabem que esse tipo de crime cria uma rota de procedimento. Se o poder público não combatê-lo, tendo como exemplo os anos de 1996 e 1997, que originou a criação dos primeiros NEPONS, pela incidência nos Portos de São Paulo e Rio de Janeiro, existem outros fatores paralelos, que não é só o cometimento desse crime, mas fatores conjunturais, de competitividade, de marcar um porto politicamente, de onerar ele em uma tarifa. A CONPORTOS sabe, acompanha e evidentemente confia em pessoas que transitam em Portos ao longo de uma vida, para que procedam observando todos os parâmetros e considerações. Levaram em maio a BIGO que é um órgão privado, que se sustenta de informações de diversas entidades do mundo todo, e fazem uma interpretação errônea marcando esse ou aquele país. Porque é impossível outros países menores, no último relatório que observou ter uma quantidade ínfima de acidentes, quando sabem que o país supera em muito todas as condições estabelecidas aqueles países, inclusive hoje sobre a ótica do ISPS CODE, por isso a tranquilidade interna em relação a esse processo. Confundem juridicamente o direito internacional, pirataria é navio fora de águas juridicionais em movimento sendo interceptado por grupos armados. Se tem internamente um furto qualificado por destreza, com uma certa conivência, porque ironicamente tiveram em Santos, noticiado pela imprensa, contêineres roubados, e o mais engraçado é que vão diretamente no componente eletrônico, no perfume, não erra um lote, o que os leva a crer que se conhece muito de contêiner, ou tem um faro

155ª Reunião Ordinária - ÇAP/PGUA - Página 16 de 18





especializado. Observam isso, esperando que o Poder público atire para este tipo de situação. Garante que em breve se terá uma resposta boa e com certa surpresa. Vêem desse fato a busca de uma alternativa para combater esse crime. Porque será que é somente um furto de alguns aventureiros, ou existe algo maior que envolva um outro tipo de bandido. A preocupação é totalmente pertinente, porque de lá pode atingir outros portos. Presidente Hélio - Agradece a presença de todos, e em nome do Conselheiro Alceu e da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, é entregue uma singela homenagem a cada um dos convidados. Seguindo a pauta o Presidente passa para o item 10 - RELATÓRIOS GERENCIAL, OPERACIONAL, ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA APPA - Representante da APPA -Conselheiro Ruy Alberto Zibetti - Disse que alguns terminais pela primeira vez de forma inédita não entregaram alguns dos seus relatórios, pelo assoberbamento de final de ano. Mas que assim que fechado o Relatório será encaminhado; - 11 - RELATÓRIO GERENCIAL DO OGMO - Representante do OGMO-PR; O Relatório foi entregue com antecedência a todos os Conselheiros, não havendo manifestações. Presidente Hélio - Após agradecer a presença de todos, deseja boas festas e não havendo mais assuntos remoerta a reunião. Tendo eu Vitor Roberto Muller Bernardi. the franch Secretário Executivo, lavrado a presente ata que segue assinada/pelo/presidente, demais Conselheiros, e Convidados.

CONSELHEIROS:

Hélio José da Silva
José Baka Filho
Antonio Ricardo dos Santos
Ruy Alberto Zibetti
Admilson Lanes Morgado Lima
Michael Martins da Silva
Sandro Flores Monteiro
Osmar Petersen
Arivaldo Barbosa José
Carlos Antonio Tortato
Geremias Thomaz de Souza
Maria do Socorro de Oliveira
Wilson Moraes da Silva
Luiz Antonio Fayet
Aírton Galinari
Alceu Claro Chaves

155ª Reunião Ordinária - CAP/PGUA - Página 17 de 18



Hi
Sidney Pinto
José Roberto Almeida Corrêa
Evandro Pause
João Gilberto Cominese Freire
Hário Mirzo Tieppo Junior
CONVIDADOS:
CPPR – Cmte Arthur Luiz de Amorim Moura_
SINDAPAR – Laís Sávio
Polícia Federal – Fabiano Bordignon — CHY JULI J.
Receita Federal - Arthur Cezar Rocha Cazella
APPA – Renato Nickel Veiga
APPA – Priscila Mello
APPA - Ogarito Borgias Linhares Que 8.
APPA - Ivan Plantes Machado
APPA - Xênia Karina Arnt
APPA - Angélica Lobo Leomil
OGMO – Ismael Pires Neto
Prefeitura de Paranaguá – Leonardo Luiz Vicente
Ponta do Félix – Juarez Moraes e Silva
CONPORTOS – João Carlos Cardoso de Campos
CONPORTOS - Ezio Ricardo Borghetti
CONPORTOS - Itacir Cardoso Coelho
DPF Estado do Paraná – Jaber Makul Hanna Saadi
DPF Estado do Paraná - Altair Menosso da Costa
Ministério da Justiça – Renata Menezes





